

Falta de provas inocenta Irujo

Deputado depõe e diz à comissão que sempre foi "muito rico mesmo", mas cai em contradição

BRASÍLIA — O deputado Pedro Irujo (PMDB-BA) foi mais um suspeito de manipular verbas públicas que conseguiu utilizar a tribuna da CPI do Orçamento para limpar o nome. Dizendo-se "rico, mas muito rico mesmo", ele levou à CPI uma pilha de documentos e atestados de idoneidade. "O político às vezes tem de ficar nu", ensinou, no final de seu depoimento. "Vim aqui para ouvir perguntas de todo tipo, sobre meu patrimônio e minha família."

Irujo fora convocado porque seu nome aparecia, ao lado de percentuais, nos documentos apreendidos na casa do diretor da Construtora Norberto Odebrecht em Brasília, Ailton Reis. Mesmo tendo caído

uma vez em contradição, ao afirmar que a Fundação Pedro Irujo, de Salvador, jamais recebeu verbas de subvenção social, o deputado foi absolvido até pelo relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). "Acho que ele apresentou respostas satisfatórias", disse. A fundação recebeu US\$ 71 mil para suas 18 creches, a pedido do deputado Cleonânio Fonseca (PFL-SE). Irujo aproveitou o depoimento para fazer propaganda de sua fundação, que foi eleita uma das melhores do País. "Não troco a Bahia e o Brasil por nada", afirmou ele, que é espanhol e chegou ao Brasil em 1956. Também explicou que, ao ser eleito deputado, deixou suas atividades à frente do grupo que controla, e que tem faturamen-

to anual de US\$ 250 milhões.

À tarde, a CPI ouviu o senador Dario Pereira (PFL-RN), que negou ter recebido propina da Odebrecht. Ele foi convocado porque suas iniciais aparecem ao lado do percentual de 3% num dos papéis da Odebrecht. O documento cita as obras da barragem de Oiticica, no Rio Grande do Norte, executadas pela empreiteira, e o valor liberado pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs) para 1993. Pereira foi relator das verbas do Dnocs na Comissão

PEREIRA NEGA
TER RECEBIDO
PROPINA DA
ODEBRECHT

Mista de Orçamento. O senador não soube explicar porque suas iniciais aparecerem no documento. "É uma irresponsabilidade colocar o nome de um parlamentar sem acertar nada com ele", afirmou.